



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE CONTAS - 2ª DIVISÃO DE CONTAS

Fl.: 23
Proc.: 25.742/14
Rubrica

PCA - PAPEL DE TRABALHO (PT – III)

MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO

**TCA – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS – RA XV
EXERCÍCIO 2013**

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 32/2016 – DIRAD/CONAG/SUBCI/CGDF (fls. 363/373-v*).	
1) SUBITEM 1.3	PREJUÍZO POR FALTA DE RECOLHIMENTO DE VALORES AS RECEBER DOS PERMISSIONÁRIOS DAS FEIRAS PERMANENTES E LIVRE DO RECANTO DAS EMAS
<p>a) Síntese da impropriedade (fl. 365/366*):</p> <p>A equipe de auditoria constatou não haver o controle adequado da situação dos feirantes bem como da regularidade dos pagamentos devidos. Verificou-se ainda que haviam vários permissionários sem processo administrativo devidamente autuado e com ausência de dados quanto à metragem e pagamento.</p>	
<p>b) Síntese das justificativas apresentadas pela Jurisdicionada (fl. 363-v*):</p> <p>Não houve manifestação da Unidade sobre os resultados do Relatório de Auditoria nº 32/2016 – DIRAD/CONAG/SUBCI/CGDF (fls. 363/373-v*).</p>	
<p>c) Análise breve / comentário do Corpo Técnico:</p> <p>A falta de cobrança dos valores devidos ao erário configura-se em renúncia tácita de receita e prejuízo ao erário, bem como ocupação indevida de espaço público. Conforme Decreto nº 33.807/2012 e Lei nº 4.748/2012, a falta de pagamento dos valores, a título de ocupação de espaço público, deveria gerar o cancelamento da permissão de uso, o que também não se mostrou realizado pela Administração Regional.</p> <p>Consideramos o fato grave e, juntamente com a falta de esclarecimento do jurisdicionado, deve ser objeto de audiência dos responsáveis.</p>	
<p>d) Gestor(es) Responsável(is):</p> <p>Sebastião Stênio Pinho – Administrador Regional – período 01.01 a 31.12.13 Marcia Assumpção Laurindo da Silva – Diretora da Diretoria de Administração Geral – período 01.01 a 31.12.13</p>	
2) SUBITEM 2.1	AUSÊNCIA DE ANOTAÇÃO/REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS E ORÇAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA DA UNIDADE.
<p>a) Síntese da impropriedade (fls. 366/367*):</p> <p>Em análise aos processos nºs 145.000.785/2013, 145.000.795/2013, 145.000.508/2013, 145.000.375/2013 e 145.000.695/2013 verificou-se a ausência de ART/RTT - anotação/registro de responsabilidade técnica pela elaboração dos projetos arquitetônicos e orçamento</p> <p>Cabe destacar que essa impropriedade afronta o art. 1º da Lei nº 6.496/1977 e o art. 7º da Lei nº 5.194/1966. Ademais, a responsabilidade técnica é requisito, previsto no art. 30, § 1º, I, da Lei nº 8.666/1993, para habilitação em licitações.</p>	
<p>b) Síntese das justificativas apresentadas pela Jurisdicionada (363-v*):</p> <p>Não houve manifestação da Unidade sobre os resultados do Relatório de Auditoria nº 32/2016 – DIRAD/CONAG/SUBCI/CGDF (fls. 363/373-v*).</p>	



PCA - PAPEL DE TRABALHO (PT – III)

MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO**TCA – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS – RA XV
EXERCÍCIO 2013****c) Análise breve / comentário do Corpo Técnico:**

A falha descrita impossibilita a responsabilização do agente causador de eventual dano decorrente de erro na execução de obra, bem como propicia a execução de procedimento licitatório sem a observância de previsão legal de anotação/registro de responsabilidade técnica junto ao órgão ou conselho profissional, conforme art. 14 da Lei nº 5.194/1966 e artigos 1º, 2º e 3º da Lei nº 6.496/1977.

Desta forma, entendemos que os gestores relacionados na alínea “d” deste item devem ser chamados em audiência.

d) Gestor(es) Responsável(eis):

Sebastião Stênio Pinho – Administrador Regional – período 01.01 a 31.12.13

Marcia Assumpção Laurindo da Silva – Diretora da Diretoria de Administração Geral – período 01.01 a 31.12.13

3) SUBITEM 2.3**FRACIONAMENTO DE LICITAÇÃO DE OBJETOS DA MESMA NATUREZA
NA EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA****a) Síntese da impropriedade (fls. 368-v/371*):**

Restou evidenciado, nos Processos nºs 145.000.375/2013, 145.000.508/2013, 145.000.695/2013, 145.000.785/2013 e 145.000.795/2013, que houve fracionamento de licitação de objetos de mesma natureza, tendo em vista a estreita semelhança entre as obras executadas, contrariando o disposto no § 5º, do art. 23, da Lei nº 8.666/93.

A Administração Regional optou por realizar licitação na modalidade convite, quando deveria ter planejado a utilização da tomada de preços, concorrência ou mesmo pregão.

b) Síntese das justificativas apresentadas pela Jurisdicionada:

Não houve manifestação da Unidade sobre os resultados do Relatório de Auditoria nº 32/2016 – DIRAD/CONAG/SUBCI/CGDF (fls. 363/373-v*).

c) Análise breve / comentário do Corpo Técnico:

O valor das contratações nos processos citados se encontram todos próximos ao limite do estabelecido para a modalidade convite. Verificou-se que ao longo do exercício ocorreu um total de 53 processos de convite para obras, resultando em uma média de um processo por semana no valor total de R\$ 7.020.039,98, conforme demonstrativo extraído do SISCOEX, às fls. 17/17-v, sendo que poderia ter ocorrido numa contratação maior e centralizada na modalidade tomada de preços.

Pelo exposto, somos pela audiência dos responsáveis, a seguir listados, em virtude das datas dos projetos básicos.

d) Gestor(es) Responsável(eis):

Sebastião Stênio Pinho – Administrador Regional – período 01.01 a 31.12.13

Marcia Assumpção Laurindo da Silva – Diretora da Diretoria de Administração Geral – período 01.01 a 31.12.13



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO
SECRETARIA DE CONTAS - 2ª DIVISÃO DE CONTAS

Fl.: 25
Proc.: 25.742/14
Rubrica

PCA - PAPEL DE TRABALHO (PT – III)

MATRIZ DE RESPONSABILIZAÇÃO

**TCA – ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DO RECANTO DAS EMAS – RA XV
EXERCÍCIO 2013**

4) SUBITEM 2.4	AUSÊNCIA DE RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE OBRAS
a) Síntese da impropriedade (fls. 371/371-v*): Constatou-se a ausência de relatórios de acompanhamento de obras a serem elaborados pelos executores dos contratos relativos aos Processos nºs 145.000.795/2013, 145.000.695/2013, 145.000.508/2013, 145.000.375/2013 e 145.000.785/2013.	
b) Síntese das justificativas apresentadas pela Jurisdicionada (363-v*): Não houve manifestação da Unidade sobre os resultados do Relatório de Auditoria nº 32/2016 – DIRAD/CONAG/SUBCI/CGDF (fls. 363/373-v*).	
c) Análise breve / comentário do Corpo Técnico: Conforme relatado pelo Controle Interno, houve afronta aos dispositivos legais expostos no art. 67 da Lei nº 8.666/93, no art. 41, § 5º, inciso II, do Decreto nº 32.598/2010 e do art. 5º, I a IX, da Portaria nº 29/2004. Cabe ressaltar que os processos supramencionados estão sendo citados por falhas/irregularidades nos subitens 2.1 e 2.3 do relatório de auditoria do Controle Interno. Pelo exposto, consideramos que os pontos são graves e devem ensejar a audiência dos responsáveis nominados na alínea “d” deste item.	
d) Gestor(es) Responsável(eis): Sebastião Stênio Pinho – Administrador Regional – período 01.01 a 31.12.13 Marcia Assumpção Laurindo da Silva – Diretora da Diretoria de Administração Geral – período 01.01 a 31.12.13	